



## TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E SUAS MULTIPLICIDADES: um ensaio sobre a transição

### TERRITORY, TERRITORIALITIES AND THEIR MULTIPLICATIONS: an essay on the transition

Lucas Labigalini FUINI\*

#### Resumo

Este trabalho<sup>1</sup>, através de pesquisa bibliográfica e estudo descritivo/analítico, pretende caracterizar os novos conteúdos e sentidos que o conceito de Território (e as territorialidades) vem apresentando na ciência geográfica e algumas de suas áreas de interface desde os anos de 1980, quando se torna mais nítido que o conceito deixa de estar atrelado apenas a uma abordagem moderna, vinculada à geopolítica clássica e ao Estado-nação, e passa a apresentar um sentido mais relacional, multidimensional, (i)material, multiescalar e vinculado à diversos grupos e movimentos sociais e culturais e seu movimento de apropriação espacial. Reconhecido por sua associação com o poder que se exerce sobre o espaço (com uma conotação fortemente política), o território é marcado por um momento de transição epistemológica que o confronta com os paradigmas da modernidade e da pós-modernidade.

**Palavras-chave:** território; pós-modernidade; apropriação; rural-urbano; desenvolvimento; ativismos sociais.

#### Abstract

This work, through a bibliographic research and descriptive-analytical study, aims to characterize the new contents and meanings that the concept of Territory (and territorialities) has been presenting in geographic science and some of its interface areas since the 1980s, when makes it clearer that the concept is no longer linked to a modern approach, linked to classical geopolitics and the nation-state, but to a more relational, multidimensional (i)material, multiscale and linked to various social groups and movements and cultural activities and its movement of spatial appropriation. Recognized for its association with the power exercised over space (with a strongly political connotation), the territory is market for a moment of epistemological transition that confronts it with the paradigms of modernity and postmodernity.

**Keywords:** territory; Appropriation; Postmodernity; Rural-urban; Development; Social activism.

---

\* Professor Doutor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), campus de São João da Boa Vista. Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Geografia. Email [lucasfuini@yahoo.com.br](mailto:lucasfuini@yahoo.com.br).

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado e debatido no Grupo de Trabalho (GT) 9 – “Epistemologia sobre o Território e relações de poder no período contemporâneo” proposto para o evento IX SEET/I SIET (Seminário Estadual de Estudos Territoriais e I Seminário Internacional de Estudos Territoriais) pelos pesquisadores Lucas Fuini, Marcos Saquet, Eliseu Sposito, Elson Pires e Márcia Mello, e apresentado pelo primeiro. Este GT foi realizado no ano de 2017 em Foz do Iguaçu, no período de 27 a 29 de junho, com outros três artigos que aqui foram incorporados ao estudo: “O território produzido, terra e territorialidades”, de Ronaldo Barros Sodré e Cláudio Eduardo de Castro (UFMA, São Luís-MA); “Marco interpretativo para el estudio de la apropiación territorial en comunidades indígenas y campesinas en el contexto mexicano”, de Conrado Márquez Rosano e Maria del Carmén L. Díaz (Universidad Autónoma Chapingo e Universidad Nacional Autónoma de México, México); “Ordenamento do território na Amazônia paraense: projetos hidrelétricos no rio Tapajós”, de Marcos M. B. Rodrigues; Darlene Costa da Silva (UNIFESSPA-Marabá/PA; UNIR-Rondônia). Não obstante, este trabalho é um dos resultados provenientes do projeto regular de pesquisa FAPESP (Processo 2015/17945-3) “Território e Geografia no Brasil: uma contribuição à epistemologia e história do pensamento geográfico”.



## 1. Introdução

O território é mais que o solo, é a nação. Assim pensava Ratzel (1982, 1990, 2011; apud CASTRO 2005), geógrafo e geopolítico alemão, a propor uma primeira sistematização sobre o conceito no final do século XIX, em estreita vinculação com a formação dos Estados-nação e seu ímpeto imperialista e expansionista (espaço vital). A partir dos anos de 1970 foi Gottmann (1973, 2012), outro autor a retomar a centralidade do Território e tratá-lo como a conexão ideal entre espaço e política, indo além da premissa da jurisdição espacial de governo e propondo valorizar os usos do território e considerar sua dupla (*por vezes conflituosa e dialética*) condição material e imaterial (psicossomática), como abrigo e recurso e iconografia e circulação.

Nos fins de 1970 e anos de 1980 o conceito já ressurgia ampliado com um conteúdo vinculado às diversas formas de divisão territorial do trabalho (GOLDSTEIN; SEABRA, 1982), sociedades territorializadas (formações socioespaciais) e movimentos sociais (SANTOS, 1978; BECKER, 1982), propondo um olhar multidimensional mais voltado ao social e econômico (em diálogo com o político-jurídico), sendo possível tratar da territorialização e territorialidades na escala subnacional. Outras contribuições dos anos 1980, como a de Moraes (1988), com as ideologias geográfico-territoriais, e a de Santos (1985, 1988), com a configuração territorial e a multi/pluriescalaridade no/do território ampliam o debate e o alcance explicativo do conceito, perfazendo um resgate ou retomada com clara filiação ao pensamento crítico-marxista, preocupado, nesse momento, com a epistemologia da ciência.

Já nos anos de 1990 do século XX caberá a um não geógrafo, Badie (1996), proclamar o fim dos territórios, afirmando que a ideia de territorialidade delimitada por uma ordem federadora chamada Estado-nação se encontrava em crise devido à implosão de movimentos nacionalistas, rivalidades étnicas e ação de entidades e grupos, inclusive ONGs (*Organização Não-Governamental*), em um espaço dito supranacional. A lógica relacional da globalização que articula redes do local ao global, o globalismo, decretava a dita morte dos territórios típicos da modernidade.

Segundo Escolar (1995), o território serviu como narrativa importante na emergência de uma Geografia clássica que difunde um discurso de pertencimento a um certo substrato territorial (*nos projetos de unificação política e econômica do Estado-nação que, por sua vez, define o corpo social*). Se, em Gomes (1995) afirma-se que a Geografia foi a imagem científica construída no projeto de modernidade, assim pode-se admitir que o conceito de Território constituiu-se na imagem geográfica da modernidade.

Alçado a certo esquecimento na produção geográfica de meados do século XX, apoiada mais no positivismo e historicismo do meio e região, e posteriormente no materialismo dialético do espaço e das formações socioeconômicas, o território não teve centralidade na epistemologia produzida no entremeio do século XX (CAMPOS, 2011), sobretudo a brasileira. No entanto, esse *ethos* passa a ser mais profundamente questionado nos



anos de 1980, com a emergência de uma filosofia marxista pós-estruturalista, ou neomarxista, que questiona a construção dos poderes e saberes exclusivos no e sobre o Estado (FOUCAULT, 2008).

Essa mudança está também vinculada às propostas de análise sobre o território que se tornaram paradigmáticas: a de Raffestin (1993 [1980]), que propõe a lógica do território associada à apropriação do espaço por relações de poder em dimensões não somente políticas, na perspectiva relacional das redes e das territorialidades como vivido territorial e sentimento de pertencimento e; a de Robert Sack (1983, 1986), que trata da territorialidade humana como algo diferente da lógica biológica, entendida como uma "estratégia espacial para afetar, influenciar e controlar recursos e pessoas" (p. 3), através do controle de áreas e, como estratégia, pode ser ligada e desligada.

Lyotard (1978) define a ideia de pós-moderno, ou tempos pós-modernos, como o questionamento daquilo que se traz como verdade intelectual desde Newton, passando pelo estruturalismo e a lógica sistêmica. Seria o discurso vinculado à sociedade pós-industrial, como reforça Jameson (1985). Nesse sentido, a obra de Raffestin (1993 [1980]), ainda que não negando a força do Estado como agente sintagmático, propõe uma análise da relação sociedade, espaço e poder que supere a ótica geopolítica clássica e que considere outros atores territoriais em diversas escalas. Becker (1982) segue essa linha e propõe pensar na ação territorial do capital (das empresas) e na luta dos povos e grupos subalternos por seus territórios, luta em relação à soberania estatal (das macro-fronteiras territoriais).

Desse momento em diante, descortina-se (*ou inaugura-se*) uma nova matriz de análise sobre o Território no Brasil, com continuidades e descontinuidades em relação à matriz original clássica, aflorando interpretações variadas, como a linha historiográfica de compreensão das formações territoriais; a pós-colonialista vinculada à luta dos povos por territórios; a autonomista que pensa sobre as territorialidades dos ativismos sociais; a integradora que trata da des-re-territorialização e das lógicas relacional e multi-interescalar (*multiterritorialidades*), a das microterritorialidades desviantes e heterotopias de grupos urbanos; a da governança e desenvolvimento na ótica local/regional do território e suas possibilidade, entre outros.

Nem sempre são discursos de crítica aberta à autoridade Estado-territorial, mas são linhas interpretativas que buscam difundir uma abordagem territorial investigando a lógica plural do poder no/do espaço, com especial atenção à construção dos espaços territorializados e das apropriações/territorialidades materiais e imateriais. Participando dessa transição paradigmática, seriam estas linhas abertamente pós-modernas?

Posto isso, esse artigo, baseado em rico debate ocorrido no 1º. *Seminário Internacional de Estudos Territoriais (SIET)* e o 9º. *Seminário Estadual de Estudos Territoriais (SEET)*, vai de encontro a estas perguntas e outras, pensando nesse momento de transição paradigmática sobre como a busca pelo saber sobre as relações de poder no/do território através do conhecimento geográfico tratou das perspectivas da terra-território; rural-urbano, da luta dos povos e ativismos na apropriação do espaço e sobre os projetos de desenvolvimento, ordenamento e gestão. Para onde vamos pelo e com o Território?



## 2. As origens: Terra e território e apropriação

Etimologicamente o território aparece com dupla conotação: *terra-territorium* e *térreo-terror* (temor, aterrorizar). Essas acepções têm a ver com dominação (jurídico-política) da terra e também com a inspiração do terror, do medo. Principalmente para aqueles aliados da terra ou impedidos de entrar no território (HAESBAERT, 2005, p.6774). Os sentidos expostos por estas definições, por hora, tão próximos, precisam ficar evidentes que não são sinônimos. Toda terra é um território, mas, indiscutivelmente o contrário não se valida.

Nessa mesma linha, Godelier (1989 apud ROSANO; DÍAZ, 2017) define território seria definido como a porção da natureza e do espaço sobre a qual uma sociedade reivindica e assegura a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, controle e uso que recaem sobre todos ou parte dos recursos que se encontram e que dita sociedade deseja e é capaz de explorar. Rosano; Díaz (2017) propõe que essa concepção de território pode ser aplicada a diferentes formatos de organização socioespacial de sociedades e comunidades camponesas e agrárias locais e regionais que compartilham uma identidade e modos predominantes de apropriação espacial e de recursos, considerando o contexto nacional mexicano<sup>2</sup>.

Nesse sentido, a concepção de apropriação territorial, ou modo de apropriação territorial, é definida como um processo em que uma sociedade, coletividade ou grupo social estabelece uma ocupação e controle de uma porção do espaço para fazê-lo seu, definindo modalidades de acesso e usufruto de seus recursos e organizando atividades econômicas para satisfazer suas necessidades. Essa apropriação se baseia em três dimensões: uma *subjetiva*, baseada na representação social que um grupo tem do território ocupado, seus recursos, modalidades de utilização (conhecimentos técnicos e recursos do viver), acesso e distribuição; *concreta*, considerando as práticas sociais de apropriação e organização do trabalho e as técnicas e instrumentos utilizadas na apropriação; e a *abstrata* que se refere às normas, regras e instituições que são mobilizadas pela coletividade para acessar, usar, distribuir e preservar os recursos do território, dando estabilidade ao processo de apropriação (GODELIER, 1989; WEBER; RÉVERET, 2006; OSTROM, 1990; BRAY; MERINO, 2004; LINCK, 1991).

Neste diálogo, segundo Sodré; Castro (2017) existe no campo brasileiro uma correlação de forças resultante do entrelaçamento de classes, que pode ser concebida com

---

<sup>2</sup> Na organização agrária do México destacam-se os ejidos que são definidos como propriedades rurais de uso coletivo ou porções de terra não cultivadas e de uso público, propriedades do Estado ou das municipalidades. Em sistema existente desde o Império Asteca, a ideia era transformar propriedades particulares da terra em terras comuns tuteladas pelo Estado. Esse sistema foi abolido durante o período colonial e parcialmente reinserido com as *encomendas*. Foi reintroduzido com o plano de Reforma agrária de Lázaro Cárdenas de 1934 a 1940.



suporte nas conotações do conceito de território. Enquanto o agronegócio se caracteriza por uso de técnicas altamente modernizadas, advinda de uma articulação que envolve o capital agroindustrial, sistemas de crédito público e propriedade fundiária, do outro lado, os camponeses empregam pouca tecnologia no uso da terra, não possuem alianças com o capital, recebem o mínimo de incentivo do Estado, senão por meio de precárias políticas públicas e vivem em reduzidas áreas. Analisando os territórios camponeses das comunidades extrativistas de babaçu no Maranhão (AMARAL FILHO, 1990).

O território para o agronegócio é a terra, portanto, impregna-se de uma carga simbólica já, para os camponeses, a terra é território, mas não somente, o sentido de território vai além das delimitações da terra. Ainda, segundo Sodré e Castro (2017), o território do babaçu é marcadamente simbólico e funcional para os extrativistas (quando se precisa cruzar uma cerca para extrair os frutos que se encontram em um território capitalista, no qual se travam relações litigiosas). Já, para o capitalista, dono da propriedade na qual a vegetação dos cocais se faz presente, a terra é funcional e o babaçu tem outro valor simbólico no momento em que outras pessoas passam a frequentar suas terras (terra vista como propriedade).

Desse modo, as diferentes formas de apropriação social do espaço tanto no nas comunidades extrativistas de babaçu do Maranhão brasileiro quanto nas comunidades camponesas dos *ejidos* do Sul do México, evidenciam uma perspectiva de território e territorialidade pautada no cotidiano compartilhado de forma subjetiva e concreta com os recursos e formas de organização espaciais, contendo um significado ao mesmo tempo simbólico e funcional que faz com que o território seja também alvo de reivindicação e luta dos povos e grupos por soberania e emancipação no interior das territorialidades jurisdicionais dos Estados nacionais.

## 2. O Território na transição

O conceito de Território, segundo Claval (1999 [1993]) adquire novos significados devido às mudanças oriundas da crise das metanarrativas e grandes discursos tradicionais da ciência moderna (LYOTARD 1978), como o positivismo e o marxismo, com a reivindicação de identidades territoriais mais fluidas, individuais e de base cultural (*que não necessariamente explicitam seu caráter político*). No mundo anglófono (*sobretudo a Europa ocidental inglesa e francesa*), o que se afirma como pós-modernismo é uma ruptura que leva, dentro das ciências humanas, ao questionamento da ideia de progresso e evolução regular e ilimitada do conhecimento científico (*sobretudo aquele pautado nos parâmetros das ciências exatas e da natureza*).

Desse modo, Claval (2014) aponta para uma dupla virada para a pós-modernidade: uma nova perspectiva espacial (*spatial turn*) proposta por Jameson (1985), superando o espaço morto, fixo e inerte da modernidade por um espaço mais dinâmica e fluido. Aparece também a virada linguística e cultural iniciada em Rorty (1967), que discute os limites da razão e do progresso do projeto renascentista/iluminista, propondo reconhecer os jogos de





poder e interesses presentes nestes discursos (*subjetividade*), surgindo daí os discursos de superação, como o das geografias pós-coloniais. Sobressai-se, neste último, uma crítica à *episteme* produzida na geografia imperialista (século XVIII e XIX), cujas teorias e conceitos visavam dar um caráter disciplinador às sociedades.

Na leitura geográfica da transição, encontra-se uma primeira bifurcação daqueles que consideram razoável pensar em uma pós-modernidade face às mudanças do capitalismo para uma economia mais globalizada. Harvey (1989) relata a *condição pós-moderna* como transição, iniciada nas artes e arquitetura e prolongada pela economia política com a crise do fordismo e a reestruturação do capitalismo nos anos de 1970. O autor apoia essa análise na ideia da virada espacial lefbreviana (*espaço não é só produto produzido, mas é também concebido e vivido*) e na perspectiva de que o progresso tecnológico, apoiado nos desenvolvimentos geográficos desiguais (*imobilizações geográficas são seletivas*), leva à compressão espaço-tempo e um aparente encurtamento de distâncias. Já, Soja (1993) assume que as *geografias pós-modernas* são típicas da quarta fase de modernização industrial (tecnocientífica, robótica e biotecnológica), momento histórico do advento das reestruturações econômicas e espaciais que levaram a um novo ordenamento espacial, sobretudo nas cidades. Alerta o autor que a geografia pós-moderna deve retomar a teoria social crítica, um marxismo renovado, sob pena de se aprofundar a lógica neoliberal, conservadora e individualista iniciada nas gestões Reagan e Thatcher, aprofundando as desigualdades socioespaciais.

Há aqueles que negam a validade do rótulo pós-moderno, como Moraes (2011), afirmam categoricamente que as produções que estão encampadas sob o rótulo “geografias pós-modernas” evocam, em um projeto desconstrutivista (*lembrar aí de Derrida*), uma geografia despolitizada, localista e cosmopolita, com uma antropologização excessiva, sendo o território uma experiência subjetiva, pessoal e sentimental que fica preso ao presente histórico e a um individualismo autocentrado no mundo global.

O que parece unificar muitas das abordagens territoriais ditas pós-modernas, ou contemporâneas é uma crítica à ideia do poder hegemônico do Estado-capital como constructo da modernidade, entendendo que os sujeitos sociais em diferentes níveis também constroem, negociam e lutam por seus territórios e que essa luta não se dá somente no campo jurídico-político ou econômico-monetário, mas também no cultural, com os discursos, representações, identidades e simbolismos em projetos variados de desenvolvimento que mobilizam, em ações coletivas, os espaços subnacionais (*ou partes desse subespaço*).

Foucault (2008, 2014) é reconhecido por sua filosofia crítica aos cânones da modernidade, o Estado absolutista e seus mecanismos disciplinares (*presídios, asilos e hospícios e suas disciplinas sobre corpos, como o panóptico*) e a ciência como discurso neutro (*racionalidade pura*). Foucault distingue na história três tipos de territórios, ou formas de controle sobre o espaço (sua população e suas coisas): o da soberania, que se exerce nos limites do território (*fronteira*) em termos jurídicos e políticos; o disciplinar, que é exercido através da disciplina (*punições e castigos*) que se dá sobre o corpo dos indivíduos, com a individualização das multiplicidades de controle territorial (*uma repartição do espaço*); e o da



segurança, dos mecanismos de controle social que se aplicam à totalidade da população e visam modificar o destino biológico da espécie (*biopoder e biopolítica*).

Esses esquemas territoriais se sobrepõem na atualidade, ainda que sua emergência na história tenha sido pensada em uma experiência de eficácia crescente dos mecanismos de controle. Nisso, o que está em jogo é o poder, relações que se tornam cada vez mais complexas e que devem considerar os elementos periféricos do poder. Em suma, o poder deve ser analisado não como algo que se possui, mas que circula e funciona em cadeia (FOUCAULT, 2014).

Deleuze; Guattari (2008) destacam o papel das subjetividades e das filosofias do desejo no viver em sociedade na atualidade e afirmam que os corpos, assim como as máquinas, são cada vez mais desterritorializados. A lógica dos controles sociais e políticos tem que lidar agora com a crescente mobilidade de ir e vir dos territórios. Esse movimento de construir e reconstruir territórios, muito explorado na geografia de Haesbaert (2004), pode ocorrer no âmbito imaterial das identidades cada vez fluidas e reticulares pela cartografia rizomática da experiência socioespacial atual.

Nos textos da geografia brasileira esse debate aparece, mesmo que não diretamente reivindicando o rótulo de superação de um período/processo. Santos (1994) expressa esse ponto de vista ao tratar do “retorno do território” inspirado na concepção de território usado e que superasse a concepção moderna de Estado territorial. Um convite a trabalhar um território que aglutine mais de uma dimensão, pelo (i)material (normas/controles, sistemas de engenharia e atividades e os movimentos/circulação) e pelas escalas articuladas pelas verticalidades e horizontalidades.

Haesbaert (2004, 2014) reconhece essa vertente pós-moderna do território na construção contemporânea das multiterritorialidades e territórios múltiplos, pelas possibilidades tecnológicas dos meios de comunicação e informação de conferir uma experiência de domínio e apropriação espacial em territórios-rede e territórios em rede, com a vivência em vários territórios e territorialidades (*grandes empresas, homens de negócios e grupos terroristas*) e da sobreposição de territorialidades no mesmo espaço físico.

Segundo Fuini (2015), essa premissa do território pós-moderno é um contexto ainda em construção, de impasses e conflitos, poucas convicções e muitas dúvidas. Dos postulados pós-modernos, é possível identificar uma convergência para uma abordagem territorial: a) humanística, culturalista e imaterial, que dá ênfase aos significados e representação da vivência no/do espaço, aproximando territorialidade de lugar; b) pós ou neomarxista, que concebe as relações de poder como um exercício que ocorre em diferentes escalas e dimensões; c) a perspectiva da mutação e reestruturação do Estados-territoriais, diluindo com outros atores a prerrogativa do poder e da apropriação política do espaço levando à crise da noção clássica de soberania territorial; d) a contestação e busca de superação da visão hegemônica e colonialista de Estado-territorial como continente de poder, propondo a construção da soberania, autonomia e emancipação política, econômica e cultural dos povos oprimidos e movimentos sociais.



A seguir, o texto disporá uma reflexão sobre alguns dos principais eixos de análise do conceito de território na produção geográfica contemporânea.

### 3. A abordagem do território no urbano e no rural

Na abordagem territorial urdida desde os anos de 1980, inicialmente mais identificada com a Geografia crítica, radical e marxista, e posteriormente diluída em uma Geografia mais eclética (marxista, fenomenológica ou heterodoxa), destacam-se autores que dão ênfase aos processos em macroescala e no tempo de longa duração, como Moraes (1988, 1998, 2002) e Andrade (1994, 1995, 2002), e aqueles que investigam as reivindicações, lutas e identidades territoriais em âmbito meso e micro, onde se condensam as formas e se encontram os atores.

Essa última linha se alicerça na busca de compreender as formas de dominação e apropriação do espaço, as territorialidades, tanto no âmbito do urbano quanto do rural, com estudos geográficos que buscam reconhecer essas realidades socioespaciais mais pelas atividades que são ali desenvolvidas do que como esferas e escalas rígidas de separação de um mundo e outro, já que a lógica hoje é de um *continuum* rurbano em constante interdependência.

No macro, Moraes (2002) busca entender a formação do território brasileiro como parte de um processo de valorização do espaço que cunhou a existência de territórios coloniais e periféricos como enclaves do projeto de modernização capitalista das potências ibéricas no continente americano. O processo de produção do território, como comenta Andrade (1995, 2002), está vinculado ao domínio e gestão de uma determinada área, ora por um poder público-estatal ou por grandes empresas.

O autor, ao analisar a ocupação do território brasileiro, a transformação do espaço brasileiro em território, busca transitar entre a perspectiva moderna do controle territorial do Estado e a perspectiva de dominação e ocupação do espaço pelas relações de classes. A ocupação do território brasileiro (ANDRADE, 2002) se dá na conjunção de seu povoamento, divisão do território em estados e a federação de estados que se colocam entre os propósitos da centralização e a descentralização, desigualdades e o desenvolvimento.

#### 3.1. Territórios e territorialidades urbanas

Souza (1989, 1995, 2014), desde a análise do bairro como esfera de ação política, passando pelos estudo das territorialidades múltiplas na cidade do Rio de Janeiro (*da prostituição, tráfico de drogas, dos imigrantes*), até a consideração dos movimentos de luta pela moradia e por um planejamento urbano menos tecnocrático e mais participativo (RODRIGUES, SOUZA, 2004), coloca em tela a questão da construção de coletividades autônomas (CASTORIADIS, 1982) nas *urbes*, autonomia no sentido de ter suas





representações culturais e econômicas subalternas reconhecidas politicamente, da população ter o controle sobre os meios de seu próprio devir histórico.

Pinós da Costa (2007, 2012, 2013), por sua vez, estuda as microterritorializações homoafetivas como relações sociais territorializadas por micropoderes e microfísicas do poder que podem ocorrer em escalas variáveis, serem efêmeras no tempo e espacialmente flexíveis, representando a existência territorial cotidiana de grupos e tribos sociais como controle dos desviantes em relação às normas e padrões vigentes, construindo força identitária em um espaço de autenticidade, refúgio relacional por entre as perspectivas do mundo social.

Na perspectiva de territorialidades híbridas, Turra Neto (2004, 2012) desenvolve pesquisas no âmbito das (micro) territorialidades urbanas, enfatizando os grupos juvenis. Ao estudar os movimentos punk e hip-hop em cidades paranaenses (*Londrina e Guarapuava*), o autor se engaja na concepção antropológica de socia[bi]lidade como agregação em torno de um espaço. Dialogando com Maffesoli (1987) e Carrano (2003), afirma-se que o ‘cimento’ que liga o grupo é uma inscrição espacial que define o poder de se desenvolver, uma sociabilidade proxêmica (de agrupamento) que deixa rastros, o território. Essa sociabilidade contextualizada no espaço-tempo da cidade liga jovens de diferentes pontos para se encontrarem pelo acesso aos bens culturais, e estes se identificam com referências globais e se articulam conforme as possibilidades do lugar, ocorrendo uma territorialização em rede ou multiterritorialidades.

Ribeiro e Mattos (1996), como antecedentes, e Ornat; Silva (2014), mais atual, analisam as territorialidades descontínuas da prostituição no Rio de Janeiro e no Sul do Brasil. Trata-se de um território definido pela forma com que o grupo exerce seu controle sobre o espaço e a circulação dos indivíduos, definindo a fronteira entre *insiders* (que partilham do cotidiano) e os *outsiders* (os usuários dos serviços). Segundo Ribeiro e Mattos (1996), a delimitação dessa fronteira nos espaços públicos é simbólica pois resulta das disputas pela legitimação da posse e exclusividade de uma área, a territorialidade. Para os travestis essa delimitação é ainda mais difícil, segundo Ornat; Silva (2014), pois a hetero-normatividade como regra de uso dos espaços urbanos implica uma condição de clandestinidade na relação usuário-profissional que marca a condição de territorialidade cíclica e descontínua, a busca de reconhecimento social também da condição do indivíduo-coletivo desviante e sua territorialidade heterotópica.

### 3.2. Territórios e territorialidades rurais

Porto-Gonçalves (1997, 2003) aborda o grafar a terra dos povos tradicionais, no caso os seringueiros, povos da floresta e indígenas, e sua luta pelo direito à uma terra, um território da sobrevivência e da existência (*re-existir*). Sua análise busca elementos de comparação com a experiência latino-americana dos povos originários que historicamente foram explorados e dizimados. Por isso propõe um olhar de ruptura com a colonialidade do poder e saber (QUIJANO, 2000), que se pauta na ordem vestfaliana do sistema-mundo moderno colonial



eurocêntrica pautado na figura do Estado-nação e sua ordem colonial/imperial de dominação e difusão de um poder e saber hegemônico.

Saquet (2003, 2005, 2007, 2012), por sua vez, muda de enfoque e trata das identidades territoriais coletivas de pequenos produtores rurais no Rio Grande do Sul e no Paraná. Com base em autores como Claude Raffestin e Giuseppe Dematteis, diferencia o espaço do território, porém, sem dissociá-los no pensamento e na realidade. Saquet identifica na prática de agricultura familiar agroecológica uma alternativa de desenvolvimento vinculada à autonomia pois requer pensar em novas relações dos homens entre si e com a natureza, de manejo do solo, plantas e águas, relações de cooperação e solidárias, de valorização dos produtos primários e do patrimônio identitário, uma forma específica de produzir e viver (*uma territorialidade, rede de relações interligando indivíduos, o poder sendo exercido*) em contraponto à racionalização do grande capital que impõe o movimento (*por vezes violento*) de des-re-territorialização do produtor.

Para tanto, Marcos Saquet incorpora a noção de *territorialidade ativa*, como faz Dematteis (2006), como uma *práxis* dialógica, participativa e cooperada que valorize as identidades e iniciativas políticas populares em contextos de diferenças e conflitualidades. São construções territoriais de indivíduos, grupos, classes e redes que permitem a valorização das condições e recursos potenciais de contextos territoriais em processo de desenvolvimento de base local. Saquet (2013) afirma também que as iniciativas populares para o desenvolvimento são marcadas, normalmente, por formas de auto-organização e autogestão vinculadas a temporalidades e territorialidades que coexistem no mesmo lugar e incorporam as materialidades e imaterialidades (poder político, simbolismos dos grupos sociais), continuidades e descontinuidades que estão envolvidas nos conflitos e lutas pelo poder. Estes movimentos acontecem, muitas vezes, a partir da identidade construída ao longo dos anos, sobretudo a partir de características comuns, políticas, culturais e econômicas. A identidade, portanto, é um processo que pode ser potencializado para conquistar autonomia decisória, defender o território e produzir alimentos agroecológicos, como ocorre em alguns municípios do Sudoeste do Paraná.

Fernandes (2009), por sua vez, considera o território como uma necessidade humana para a liberdade, onde se contrapõe estratégias de controle (*das transnacionais sobre as comunidades rurais*) e de busca por soberania (*instituições que disputam o poder no Estado e no território*) reconhece a constituição de 3 territórios: o primeiro, de governança da nação, onde se colocam as políticas hegemônicas e as formas de desterritorialização; o segundo, da propriedade como espaço de vida particular ou comunitário; e o terceiro, espaço relacional integrador das várias dimensões e campo de conflitualidades.

Há também uma linha a analisar o território como fator de desenvolvimento das atividades agrícolas no âmbito local através de projetos de parceria público-privados que mobilizam as vocações e identidades territoriais em torno de uma certa atividade e/ou produto. É o caso dos sistemas agroalimentares localizados (Sial) e dos sistemas locais territorializados (Slots).



Os sistemas locais territorializados,, Slots, são mais abertos à diferentes segmentos de atividade, seja industrial, serviços ou agrícola, sendo definidos por Dematteis (2008) e Saquet (2008) através dos seguintes elementos: uma rede local de sujeitos (individuais ou coletivos, públicos ou privados); um *millieu* local, como as condições e recursos materiais e imateriais necessários ao desenvolvimento; a relação de interação da rede local com o *millieu* e o ecossistema local e; uma interação da rede local com as redes globais (longas). Já, os Sistemas Agroalimentares Localizados (Sial) referem-se a concentrações locais de pequenas empresas de transformação agroalimentar orientadas para a fabricação de produtos cuja qualidade está ligada ao território, seus ativos e recursos específicos (AMBROSINI et. al, 2008 apud FUINI, 2013). Ambos os sistemas têm como pilares as estruturas de governança ou de coordenação e estabilização coletiva de ações dentro do aglomerado, caracterizando um tipo de identidade coletiva que associa a comunidade à uma atividade-produto, um saber fazer e o meio territorial onde esse sistema se reproduz e se diferencia do entorno.

#### 4. Desenvolvimento no/do Território: Governança e ordenamento territorial

Na análise territorial do desenvolvimento, na perspectiva dos recortes locais e regionais, aparecem diferentes horizontes teóricos de análise, nem sempre concordantes.

A perspectiva regulacionista e neoinstitucionalista, inspirada em contribuições de Storper (1993), Benko (1996), Benko; Pecqueur (2001), Pecqueur (2005), está presente em trabalhos de Pires (2007), Pires; Verdi; Muller (2005); Pires, Fuini et al (2011) e Fuini (2013), a tratar o território como um ator e um recurso ativo para o desenvolvimento, em um visão que vai além da mercantil e que considera as proximidades geográficas e organizacionais, sinergias e saberes culturais e históricos e instituições e formas de organização e governança locais/regionais que interagem nos projetos de desenvolvimento em sistemas e arranjos produtivos.

Uma outra linha é de base neogramsciana e neomarxista, inspirada em contribuições de Gramsci (2002), Raffestin (1993, 2008), Dematteis (2003), Bagnasco (2002), Magnaghi (2000), a influenciar autores como Saquet (2007, 2011, 2012), Dallabrida; Becker (2003) e Dallabrida et. al (2004), que consideram o desenvolvimento no/do território (ou a *territorialização do desenvolvimento*) como um processo de natureza dialética, contraditória e conflitual (em torno de blocos hegemônicos), multidimensional e transescalar. O desenvolvimento, consoante mencionamos anteriormente, precisar ser pautado na participação, cooperação, concertação social, na preservação e conservação do patrimônio e nas territorialidades de identidade, conquista de autonomia e na resistência de pequenos produtores, camponeses e camadas populares.

Uma terceira, sob forte influência de Santos (1994, 1996, 2000), a tratar, em análises críticas, das especializações territoriais produtivas (SILVEIRA, 2002) e dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação que, em muitos casos, são apresentados como formas de alienação e fragmentação do território (nacional). São assim tratados por conta da especialização do trabalho nos lugares que acarreta, quando do enfraquecimento do Estado,



em uma lógica de competitividade territorial que estimula a guerra dos lugares (CATAIA, 2011).

Uma última, em perspectiva também neomarxista e pós-colonialista (CASTORIADIS 1978; QUIJANO 2000), mas com uma verve radical e libertária, a criticar o desenvolvimento alinhado à uma visão normativa, conservadora e economicista vinculado à macroprogramas e políticas estatais (visão burocrática), busca ressaltar as territorialidades dos povos e movimento sociais em seus ativismos e formas de mobilização e resistência em busca de autonomia e soberania (SOUZA, 1995; PORTO-GONÇALVES, 2006).

A governança acaba sendo um conceito que interliga ‘território’ e ‘desenvolvimento’ pois busca explicar como é gerido o processo de concertação social para o desenvolvimento, como as forças e atores sociais pilotam o desenvolvimento em um misto de cooperação e conflitos, desterritorialização e reterritorialização (PIRES, FUINI et. al 2011; FUINI, 2014).

Há modelos de governança que se colocam como mais ou menos favoráveis para o desenvolvimento de territórios, podendo ser no formato tripartite, como é o caso do Comitês de Bacias Hidrográficas (PIRES, 2015) e Circuitos turísticos (FUINI, 2013a, 2013 b); no formato de Conselhos regionais de desenvolvimento ou outras pactuações em cooperativas e associações (DALLABRIDA, 2003; DALLABRIDA BECKER, 2005); através da iniciativa dos produtores rurais familiares e das redes que constituem em nível local e regional (SAQUET, SPOSITO, 2008, SAQUET, GAIOVICZ et. al, 2012); c) através de círculos de cooperação que definem o aspecto normativo e as ordens nos circuitos espaciais de produção (SANTOS, SILVEIRA, 2001; SILVEIRA 2011; CASTILLO, FREDERICO, 2010) e; d) por meio de iniciativas populares de movimentos sociais, sindicatos, associações, grupos e coletivos culturais, reivindicando uma maior participação na gestão urbana e lutando pela conquista de suas territorialidades (SOUZA, 1989, 1995, RODRIGUES, SOUZA 2008).

Outro eixo possível da discussão sobre Desenvolvimento no/do Território é a questão do ordenamento territorial. Segundo Moraes (2005, apud RODRIGUES; SILVA, 2017), o ordenamento territorial visa estabelecer um diagnóstico geográfico e geoeconômico do território, indicando e aferindo demandas, tendências e potencialidades, compondo um quadro onde opera as políticas públicas setoriais visando objetivos estratégicos do governo. Desse modo, o ordenamento territorial é função precípua do Estado já que está associado às macroestratégias para o território nacional e envolve a gestão (e possível transferências para terceiros) dos fundos territoriais e recursos naturais (como os de mineração e recursos hídricos). Além disso, segundo Rodrigues, Silva (2017), trata-se do ente jurídico, técnica e financeiramente preparado para instalação de equipamentos e infraestruturas e para pensar e planejar políticas e programas (RUCKERT, 2005). O ordenamento estatal define um tipo de uso do território, associando os objetos técnicos, sistemas de engenharia, apropriação e modificação dos objetos naturais, às ações e normas do território que configuram um tipo específico de uso.

Ao tratar do Ordenamento do Território consubstanciando em uma ‘nova’ funcionalidade para a região Amazônica, sobretudo os projetos hidrelétricos (vinculados aos operadores do sistema e empreiteiras) para o Rio Tapajós voltados ao atendimento da



demanda de energia elétrica para os centros urbanos-industriais de outras regiões do Brasil, bem como atender grandes projetos minerais em horizontes futuros a instalar aqui. Corrobora-se, assim, com uma nova divisão territorial do trabalho, pautada nos interesses do Agrohidronegócio, que tende a acirrar as desigualdades regionais e deixar para o segundo plano os problemas sociais e ambientais<sup>3</sup>. Desse modo, os autores concluem:

[...] Considerando o peso, as interferências e dinâmica imposta à região amazônica pelas políticas territoriais voltadas para o ordenamento territorial nacional, em particular as que hoje atendem as demandas de infraestrutura para satisfazer: i - A demanda da economia nacional, exportação de commodities via estradas, portos e hidrovias; ii – demanda por energia dos grandes centros urbanos via construção de hidrelétricas. Levando-nos a desenvolver duas questões: - Qual é a lógica que hoje preside a construção desses empreendimentos de larga escala – hidrelétricas na bacia amazônica, circunscrita ao Estado do Pará? E por que concentradamente no Sudoeste paraense? E quais suas interferências/desarticulação/impactos na para região nos locais onde se instalam? (RODRIGUES; SILVA, 2017, p. 2/3).

## 6. Território e ativismos sociais

Um dos marcos da mudança do enfoque sobre o território e a relação poder no/do espaço na abordagem geográfica é a aproximação que Souza (1989, 1995) faz entre territorialidades e ativismos sociais, na compreensão de ser a territorialidade definida por “relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (SOUZA, 1995, 99), significando também os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades e sua dinâmica.

No cerne dessa definição de território/territorialidade mais aberta e multiescalar, se manifesta a ideia de autonomia, como o processo de auto-instituição de uma sociedade mais livre e menos desigual, o advento de uma sociedade autônoma que defende e gere livremente seu território, catalisador da identidade cultural e continente de recursos acessíveis igualmente a todos, e de uma coletividade autônoma radicalmente democrática em que o exercício do poder não existe sem uma territorialidade, como limite, fronteira, elemento diferenciador e o “fundamento do sustento econômico (*suporte material*) e da identificação cultural (*simbólico*)” (Souza 1995: 108).

Na crítica de Souza; Rodrigues (2004) ao planejamento urbano tecnocrático (*como monopólio do Estado*), segregador e antidemocrático em sua essência, manifesta-se uma compreensão de que as diversas formas de ativismos sociais atuantes nas grandes cidades devem ter o poder de oferecer soluções e serem “ouvidos” na gestão dos espaços urbanos, se

---

3

Rodrigues e Silva (2017) complementam que ordena-se o território paraense sob os interesses e materializações das empreiteiras, espoliam-se recursos, agrava-se a condição regional, ao acirrar as desigualdades pela extração de renda.





apresentando em termos de autonomias territoriais que confrontam a ordem vigente, o *status quo*, demandando ações de participação popular diretas. Os autores definem como ativismo as “diversas formas de organização, mobilização e ação dos habitantes das cidades (não necessariamente pobres)” (p. 83) e os ativismos sociais abarcam um universo amplo que vai desde as ações de reivindicação (paroquiais), as ações feitas diante de carências ou problemas específicos, até lutas mais ambiciosas e complexas, “que questionam grande parte das fundações da sociedade (econômicas, políticas e culturais)” (p. 83).

Dentre os ativismos especificamente urbanos, destacam-se o de bairro e de favelas, que estando vinculados a movimentos sociais, como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), adquirem um grau mais elevado de organização e contestação da ordem vigente (bem como do horizonte de lutas) e, além disso, não estão “imunes”, como nos casos de ativismos de bairros, aos problemas inerentes à reprodução política da sociedade brasileira, como o populismo demogógico e autoritarismo administrativo; cooptação de líderes e manipulação partidária; caciquismo e personalismo; clientelismo, influência das dificuldades econômicas e do tráfico de drogas (caso do Rio de Janeiro).

Os sindicatos também são atores fundamentais na definição das territorialidades dos ativismos sociais e suas lutas. Paula (2011) analisa a ação territorial, as territorialidades, dos sindicatos ditos revolucionários no início do século XX, primeiro sob a égide de um Estado dito liberal, depois, com a assunção de Getúlio Vargas (1930-1945), de um Estado dito corporativo. A mudança de governo levou à mudança da territorialidade sindical de uma ação mais combativa e universalista para uma ação mais restritiva e atomizada às áreas municipais. Conclui o autor que essa estratégia de tutela do Estado após da lei sindical de 1930 levou ao enfraquecimento desse modelo de ativismo e ao tratamento da territorialidade sindical como algo dado e não como construção histórica e social.

Carvalho (2004), por sua vez, analisa a lógica de territorialização do ativismo social sindical pela ótica da qualificação profissional do trabalhador, com destaque para o cenário dos anos de 1990. O autor conclui que a dimensão territorializante da participação sindical nos programas de qualificação (no caso o PLANFOR de 1995-2002) possui um aspecto contraditório, podendo-se aceitar passivamente as prerrogativas de formação profissional do capital que condicionam a mão de obra ao novo caráter da formação profissional e ampliam as possibilidades da mobilidade do capital. Pode-se atuar também através das resistências e alternativas ao modelo adotado no PLANFOR (*Plano Nacional de Formação Profissional*), incorporando práticas que tenham como objetivo a emancipação do trabalhador com opções que não reduzem a educação à preparação mecânica para a execução do trabalho.

## 9. Território e geografia escolar

As discussões anteriormente expostas nem sempre estão refletidas na abordagem escolar, ainda que exista um metadiscurso de que o ensino de Geografia, conforme a revalorização no âmbito escolar do trabalho com conceitos, deve acompanhar um movimento



científico renovador de se colocar o território além de sua visão tradicional que o naturalizava como continente de poder estatal.

Arroyo (2013), de forma pioneira, trabalha com a perspectiva dos territórios imateriais pós-modernos para tratar de um dito território do currículo, campo de tensões e conflitos entre saberes dos docentes, os saberes do trabalho, para implantar um currículo na prática, em relação às políticas, diretrizes e projetos de orientação curricular, o currículo formal (*documento*). Cria-se, então, um currículo como território-fronteira de trabalho e avanços na formação de autonomias, culturas e identidades profissionais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Ensino Fundamental (2000), uma modalidade de currículo formal, pontuam os conceitos como eixos norteadores do trabalho com os conteúdos da disciplina e, através do diálogo com outros conceitos, define o território pela apropriação do Estado nação, pelas formações econômico-sociais, mais vai além e se apresenta como espaço construído por múltiplas forças, representações e identidades de povos e etnias.

Cavalcanti (1998), nessa mesma perspectiva, foi uma das primeiras a ressaltar a importância de se construir um raciocínio geográfico no ensino, uma consciência espacial que envolva o aprendizado de conceitos geográficos como eixos norteadores. Em seu estudo a autora constata que os alunos trazem uma dificuldade em definir esse conceito para além de ser apenas um recorte/pedacinho do espaço ou um substrato material legalmente constituída, ficando presos “a uma determinada concepção de território fundamentada na Geografia política clássica” (p. 109). Há uma dificuldade de se colocar a perspectiva das diferentes escalas (inter ou transescalaridade), da pluridimensionalidade e a lógica relacional que mostra que se trata de um conceito dinâmico em termos sociais e históricos.

Paralelamente, Boligian; Almeida (2003), estudando o processo de transposição didática do conceito e sua presença nos livros didáticos e PCNS, apontam que há um descolamento do uso do conceito com relação ao seu horizonte teórico, sendo ainda mais comum a associação do território com a perspectiva político-econômica do Estado nacional, e uma presença maior do espaço geográfico, paisagem e regionalização dentre os conceitos norteadores.

Já Saquet (2012), ao analisar a forma com que o conceito de território é apresentado em livros didáticos de 1ª. a 4ª. série, revela um contexto desafiador se o educador quiser trabalhar com base numa “uma abordagem crítica, múltipla, histórica, relacional e reticular como orientação teórico-metodológica para a pesquisa e para o processo ensino-aprendizagem de Geografia” (p. 702), que trabalhe o singular e o universal e a relação sociedade e natureza através do território, começando com o próprio território da escola (nível local). Desafiador, pois, o conceito de território é “concebido e trabalhado de forma incompleta e superficial, restrito à formação do Brasil, como área com características humanas e fisiográficas específicas” (p. 705), não recebendo a influência dos debates, pesquisas e produções acadêmicas renovadas.



## 7. Considerações finais

O presente artigo buscou realizar uma análise panorâmica do conceito de Território e seu resgate paradigmático nos estudos da Geografia brasileira, em diálogo constante com outras áreas de conhecimento e considerando os principais autores de referência na discussão e alguns eixos ou linhas de pesquisa sobre as dinâmicas territoriais. Trata-se de um esforço de elaboração intelectual e síntese de um grupo de pesquisadores vinculados ao projeto de pesquisa Fapesp/SP/Brasil intitulado “*Território e Geografia no Brasil: uma contribuição à epistemologia e história do pensamento geográfico*” (Processo 2015/17945-3). Esse material de estudo foi enriquecidos pelos profícuos debates ocorridos no âmbito do 1º. SIET/9º. SEET.

Analisou-se a perspectiva de transição modernidade/pós-modernidade que se desdobra da filosofia para o campo das ciências humanas e sociais (aplicadas ou não) e recai sobre a semântica e inclinações teóricas que o conceito adquire desde os anos de 1980, conquanto a realidade material e imaterial também se encontrava em constante transformação. Posteriormente foram realizados aprofundamentos analíticos através dos eixos de investigação: território e territorialidades no rural e urbano; território e territorialização do desenvolvimento e a governança; território e ativismos sociais/sindicais; território na geografia escolar.

Assim, foi possível perceber em produções que manifestam a centralidade do Território (*das territorialidades e des-re-territorializações*), uma primeira fase, pautada na construção territorial através do Estado-nação e abordagens que gravitam em torno da geopolítica e do olhar geohistórico. Em uma segunda fase (que se estende aos dias atuais), com abordagens pautadas em escalas diversas e nas apropriações espaciais em diferentes dimensões (multiterritorialidades), colocando o viés crítico que propõe ver o território como projeto e direito de obter autonomia e soberania aos povos, em linhas críticas, radicais ou pós-coloniais. Nessa linha aparecem estudos, sobretudo de comunidades camponesas e povos tradicionais, a buscar um sentido seminal de produção e apropriação do território como estratégia de sobrevivência e (re) existência dos grupos em suas formas de organização socioespaciais. Uma terceira fase, pronunciada e mais densa desde anos 2000, busca compreender as formas de apropriação e identidades espaciais urbanas como microterritorialidades de resistência e diferenciação de alguns grupos e tribos sociais.

Caracterizou-se também, *pari passu*, o horizonte de análise do desenvolvimento territorial e suas abordagens múltiplas (sobre as governanças e ordenamentos), percebendo-se aí uma linha mais aplicada de estudos em torno de atividades econômicas diversas e formas de regulação e coordenação entre agentes locais/regionais (*em contato com o nacional e global*) tanto verticais quanto horizontais, mistas e conflitantes entre o público e privado.

A Geografia escolar, como análise transversal que converge para a transposição didática dos conteúdos acadêmicos, manifesta ainda certo descompasso das formas de entendimento entre alunos/professores, manuais e livros sobre o território e a relação espaço-poder quanto às perspectivas pluri e transescalares, multidimensionais e relacionais que já aparecem em obras e estudos da geografia brasileira desde os anos de 1990.



Desse modo, vivemos ainda uma transição entre vertentes territoriais modernas, pós-modernas e algumas que nem se encaixam nesse plano de referência. Essa transição demonstra que temos hoje, à luz da produção bibliográfica, um território mais descentrado do Estado e da escala nacional, mais vinculado a processo micro e meso (locais/regionais), pensado não somente no plano material e político/jurídico e econômico-financeiro e, também, como uma lógica prática e aplicada de ser pensado no plano de estratégias de desenvolvimento que visam tanto pequenos negócios e produtores quanto grupos vinculados por identidades diversas.

### Referências

- AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências.** São Luís: SIOGE, 1990.
- ARROYO, Miguel. 2013. **Currículo: território em disputa.** 5ª. Ed. Petrópolis, Vozes, 2013.
- ARROYO, Mônica. Território, mercado e Estado: uma convergência histórica. **Geographia**, v. 6, n. 12, p. 49-66, 2004.
- ANDRADE, MANUEL C. **A QUESTÃO DO TERRITÓRIO NO BRASIL.** SÃO PAULO: HUCITEC, 1995.
- \_\_\_\_\_. TERRITORIALIDADES, DESTERRITORIALIDADES, NOVAS TERRITORIALIDADES: OS LIMITES DO PODER NACIONAL E DO PODER LOCAL. IN: SANTOS, MILTON, SOUZA, SILVEIRA, MARIA A. A. **TERRITÓRIO: GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO.** 5 ED., SÃO PAULO: HUCITEC/ANPUR, P. 213-220, 1994.
- \_\_\_\_\_. ANDRADE, Sandra M. C. **A federação brasileira: uma análise geopolítica e geosocial.** São Paulo: Contexto, Série *Pensando a Geografia*, 2002.
- BAGNASCO, Arnaldo. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, G., et. al. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália.** RJ: Coleções Sebrae/DP&M, p. 32-67, 2002.
- BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito.** Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- BECKER, Bertha K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.-abr, 2010.
- \_\_\_\_\_. Tendências de transformação do território no Brasil: vetores e circuitos. **Território**, v. 1, n. 2, p. 5-17, 1997.



\_\_\_\_\_. A Geografia e o resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 50, n. 2, p. 99-125, número especial, 1988.

\_\_\_\_\_. A GEOPOLÍTICA NA VIRADA DO MILÊNIO: LOGÍSTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. IN: CASTRO, I. E., ET AL., **GEOGRAFIA: CONCEITOS E TEMAS**. RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL, P. 271-308, 1995.

\_\_\_\_\_. El uso político del territorio: consideraciones a partir de una visión del tercer mundo. **Revista Geográfica de América Central**, n. 17/18, p. 13-26, 1982.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. SP: Hucitec, 1996.

BENKO, Georges; Pecqueur, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, UFSC, v. 16, n. 32, 31-50, 2001.

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela D. 2003. A transposição didática do conceito de território no ensino de Geografia. In: GERARDI, Lúcia H. **Ambientes: Estudos de Geografia**. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia teórica – AGETEO, 2003, p. 235-248.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto L., ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: Um século (3)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 83-132.

BRAY, D.B.; MERINO, L. **La Experiencia de las Comunidades Forestales en México**. SEMARNAT-INE-CCMSS, 2004

CALDERON, Philippe. **Foucault per lui même**. Videodocumentário, TV Estatal Francesa, 2003.

CAMPOS, Rui R. **Breve histórico do pensamento geográfico brasileiro nos séculos XIX e XX**. Jundiaí, Paco editorial, 2011.

CATAIA, Márcio. Território político: fundamento e fundação do Estado-nação. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, UFU, v. 23, n. 1, p. 115-125, abr. 2011.

CARRANO, Paulo C. R. **Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará/Faperj, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Iná E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

CARVALHAL, Marcelo D. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos**. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2004.





- CAVALCANTI, Lana. S. **Geografia: conceitos e temas**. Campinas: Papiрус, 1998.
- CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Tradução: Margareth C. A. Pimenta e Joana A. Pimenta. 2ª. Ed. Florianópolis, EdUFSC, 2014.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**, Niterói, UFF, ano 1, n. 2, 1999.
- DALLABRIDA, Valdir R., BECKER, Dinizar F.. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, Dinizar. F., WITTMAN, Milton L. (org.) **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. 2. Ed., Sta. Cruz do Sul: Edunisc, 2010, P. 175-216.
- \_\_\_\_\_, SIEDENBERG, Dieter R., FERNANDEZ, Victor R. 2004. Desenvolvimento territorial: uma revisão teórica na perspectiva da territorialização do desenvolvimento. In: WITTMANN, Milton; RAMOS, Marília P. (org.) **Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004, p. 101-133.
- \_\_\_\_\_, BECKER, Dinizar F. Governança Territorial: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, Unijuí, v. 1, n. 2, p. 73-98, 2003.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Em la encrucijada de la territorialidad urbana. **Bitacora-Urbano/Territorial**, v. 10, n. 1, p. 53-63, 2006.
- \_\_\_\_\_; Francesca Governa. Territorio y territorialidad en el desarrollo local. la contribución del modelo SLOT. **Boletín de la A.G.E.**, n. 39, p. 31-58, 2005.
- DIMÉO, Guy. **La Geographie en fêtes**. Paris: Editora Ophrys, 2001.
- DIMÉO, Guy. Les territoires de la localité: origine et actualité. **Espace géographique**, v. 22, n. 22-24, p. 306-317, 1993.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.
- ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. SP: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. SP: Expressão popular, 2009, p. 197-216.
- \_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do território. In: FERNANDES, Bernardo M. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. SP: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.
- \_\_\_\_\_. MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA UMA LEITURA GEOGRÁFICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. **REVISTA NERA, PRESIDENTE PRUDENTE, UNESP**, V. 8, N. 6, JAN./JUN 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.



\_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica**. SP: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Sécurité, territoire, population**. Cours au Collège de France (1977-1978). Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

FUINI, Lucas L. Um estudo comparativo sobre modelos de desenvolvimento territorial local e regional: os Arranjos Produtivos Locais (APLs) e os Sistemas Agroalimentares Localizados (Sial). **Cadernos do Desenvolvimento**, Centro Internacional Celso Furtado, v. 8, n. 13, p. 69-88, jul./dez. 2013.

\_\_\_\_\_. A governança e o território: Reflexões sobre uma abordagem de pesquisa. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, n. 15, p. 86-99, 2013.

\_\_\_\_\_. PAULA, Amir. E. H.; SPOSITO, Eliseu S.; PIRES, Elson L. S.; MELLO, Márcia C. O. ; SAQUET, Marcos A. O conceito de território e suas múltiplas interpretações: geografia brasileira e (pós)modernidade. In: **Anais do I Seminário Internacional de Estudos Territoriais (SIET) e IX Seminário Estadual de Estudos Territoriais (SEET)**. Foz do Iguaçu/PR: UNIOESTE, v. IX, 2017, ISBN: 1984-929X.

\_\_\_\_\_. O território e suas variantes: uma incursão pela Geografia na pós-modernidade. **Memórias do XV Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL)**. Havana-Cuba: Universidad de la Habana, v. 1, p. 1-20, 2015.

GODELIER, Maurice. **Lo ideal y lo material**: Pensamiento, economía, sociedades. Trad. A.J. Desmont. Taurus Humanidades-Alfaguara. Madrid. 1989.

GOLDENSTEIN, Lea; SEABRA, Manuel. Divisão Territorial do Trabalho e nova Regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, USP: FFLCH, n. 1, p. 21-47, 1982.

GOMES, Paulo C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

\_\_\_\_\_. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, AGB-Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. Trad. Luis Repa e Rodnei Nascimento SP: Martins Fontes, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. RJ: Bertrand, 2014.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.



1 \_\_\_\_\_ . A DESTERRITORIALIZAÇÃO: ENTRE AS REDES E OS AGLOMERADOS DE EXCLUSÃO. IN: CASTRO, INÁ E., ET. AL (ORGS.) **GEOGRAFIA: CONCEITOS E TEMAS**. 5ª. ED., RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL, 1995, P. 165-206.

\_\_\_\_\_. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, UFF, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, Glauco B. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **Geographia**, Niterói, UFF, 2009.

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização a multiterritorialidade. In: **X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Anais. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p.6774-6792.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. SP: Loyola, 1989.

JAMESON, Friedrich. Pós-modernidade e Sociedade de consumo. **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, n. 12, p. 16-26, 1985.

LEFÉBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006.

LINCK, T. El trabajo campesino. **Argumentos** n. 13, p. 69-84, 1991.

LINS HOYEDO, N. Sistemas agroalimentares localizados: possível “chave de leitura” sobre a maricultura de Santa Catarina. **Revista de Sociologia e Economia Rural**, Brasília/DF, Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia rural, v. 44, n. 2, p. 310-313, abr./jun. 2006.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa, 3ª. Ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1988.

MACHADO, Lia. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem. In: CASTRO, Iná. E., et al., **Geografia: conceitos e temas**. RJ: Bertrand, 1995, p. 309-352.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MALAFAIA, G. C., Barcelos, J. O. Sistemas agroalimentares locais e a visão baseada em recursos: construindo vantagens competitivas para a carne bovina gaúcha. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa/MG, UFV/Departamento de Economia Rural, v. 5, n. 1, abr. 2009.

MORAES, Antônio C. R. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. SP: Anna Blume, 2011.



- \_\_\_\_\_. **Território e história no Brasil.** SP: Hucitec/Anna Blume, 2002.
- \_\_\_\_\_. **BASES DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL: O TERRITÓRIO COLONIAL BRASILEIRO NO “LONGO” SÉCULO XVI.** SÃO PAULO: HUCITEC, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Ideologias geográficas.** SP: Hucitec, 1988.
- \_\_\_\_\_. Ordenamento territorial: uma Conceituação para o Planejamento Estratégico. In: **Para Pensar Uma Política Nacional de Ordenamento Territorial: Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial.** Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005.
- \_\_\_\_\_. COSTA, WANDERLEY M. **GEOGRAFIA CRÍTICA: A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO.** SP: HUCITEC, 1984.
- ORNAT, Márcio J., SILVA, Joseli M. Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no Sul do Brasil. **Geosp-Espaço e tempo**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 113-128, 2014.
- OSTROM, E. **Governing the commons: The Evolution of Institutions for Collective Action.** Cambridge University Press, New York, 1990.
- PAULA, Amir E. H. **A relação entre os Estados e os sindicatos sob uma perspectiva territorial.** Tese (Doutorado) em Geografia humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- PINÓS DA COSTA, Benhur. **Por uma geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade.** Tese (Doutorado) em Geografia, Porto Alegre, UFRGS, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2007.
- \_\_\_\_\_. AS MICROTERRITORIALIDADES NAS CIDADES: REFLEXÕES SOBRE AS CONVIVÊNCIAS HOMOAFETIVAS E/OU HOMOERÓTICAS. **TERRA PLURAL**, PONTA GROSSA, UEPG, MESTRADO EM GEOGRAFIA, V. 6 (2): 257-271, JUL/DEZ. 2012
- \_\_\_\_\_. Microterritorialidades: uma relação entre objetividade do espaço, cultura e ação intuitiva do sujeito. In: HEIDRICH, Álvaro L., et al., **Maneiras de ler: geografia e cultura**, Porto Alegre, Imprensa Livre-Compasso/Lugar/Cultura, p. 47-68, 2013.
- PIRES, ELSON L. S. AS LÓGICAS TERRITORIAIS DO DESENVOLVIMENTO: DIVERSIDADES E REGULAÇÃO. **INTERAÇÕES-REVISTA INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**, CAMPO GRANDE, UCDB, V. 8, N. 2, P. 155-163, SET 2007.
- \_\_\_\_\_. FUINI, LUCAS L. ET AL. **GOVERNANÇA TERRITORIAL: CONCEITO, FATOS E MODALIDADES.** RIO CLARO: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/SEBRAE, 2011.



PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia política e desenvolvimento sustentável. **Terra Livre**, São Paulo, AGB, 11-12, p. 9-76, 1992/1993.

\_\_\_\_\_. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In Ceceña, Ana E., **Los desafios de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires, Clacso, 2006, p. 151-197.

\_\_\_\_\_.; QUENTAL, Pedro A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Pólis-Revista Latino-Americana**, n. 31, p. 2-28, 2012.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.), **La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2000.

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais-Ensino Médio. **Geografia/Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: MEC, 2000.

RAFFESTIN, CLAUDE. **POR UMA GEOGRAFIA DO PODER**. SP: ÁTICA, 1993 [1980, 1ª. ED.EM FRANCÊS].

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (eds.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. SP: Expressão popular, 2009, p. 17-36.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio C. R. (org.), *Ratzel*. SP: Ática, 1990, p. 32-107.

\_\_\_\_\_. A relação entre o solo e o Estado (Cap. I). Texto traduzido (Matheus Prifmer). **Geosp**, n. 29, p. 51-59, 2011.

\_\_\_\_\_. O solo, a sociedade e o Estado. Texto traduzido (Mario A. Eufrásio). **L'Anée Sociologique**, n. 3, p. 1-14, 1982 [1898-1899].

RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, v. 1, 2004, 175p.

RIBEIRO, Miguel A. C., MATTOS, Rogério B. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Território**, v. 1, n. 1, p. 59-76, 1996.

RODRIGUES, M. M. B.; SILVA, D. C. Ordenamento do território na Amazônia paraense: projetos hidrelétricos no rio Tapajós. In: **Anais do I Seminário Internacional de Estudos Territoriais (SIET) e IX Seminário Estadual de Estudos Territoriais (SEET)**. Foz do Iguaçu/PR: UNIOESTE, v. IX, 2017, ISBN: 1984-929X.

RORTY, Richard (org.). **The linguistic turn: essays in philosophical method**. Chicago/EUA, The University of Chicago Press Book, 1967.





ROSANO, C. M.; DIÁZ, M. C. Marco interpretativo para el estudio de la apropiación territorial en comunidades indígenas y campesinas en el contexto mexicano. In: **Anais do I Seminário Internacional de Estudos Territoriais (SIET) e IX Seminário Estadual de Estudos Territoriais (SEET)**. Foz do Iguaçu/PR: UNIOESTE, v. IX, 2017, ISBN: 1984-929X.

RUCKERT, Aldomar. **Metamorfoses do território: a agricultura de trigo/soja no Planalto**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. O Processo de Reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: **Para Pensar Uma Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) – Brasília: MI, 2005.

SACK, ROBERT. **HUMAN TERRITORIALITY: ITS THEORY AND HISTORY**. CAMBRIDGE: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 1985.

\_\_\_\_\_. HUMAN TERRITORIALITY: A THEORY. **ANNALS OF THE AMERICAN GEOGRAPHERS**, V. 73, N. 1, P. 55-74, 1983.

SANTOS, MILTON. **A NATUREZA DO ESPAÇO: TÉCNICA E TEMPO, RAZÃO E EMOÇÃO**. SÃO PAULO: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO: DO PENSAMENTO ÚNICO À CONSCIÊNCIA UNIVERSAL**. SP/RJ: RECORD, 2000.

\_\_\_\_\_. O RETORNO DO TERRITÓRIO. IN: SANTOS, MILTON; SOUZA, MARIA A. A.; SILVEIRA, MARIA L. **TERRITÓRIO: GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO**. SÃO PAULO: HUCITEC/ANPUR, 1994, P. 15-20.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. SP: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. SP: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **POR UMA GEOGRAFIA NOVA: DA CRÍTICA DA GEOGRAFIA A UMA GEOGRAFIA CRÍTICA**. SP: EDUSP, 1978.

\_\_\_\_\_. SILVEIRA, M. L. SILVEIRA. **O BRASIL: TERRITÓRIO E SOCIEDADE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**. SÃO PAULO/RIO DE JANEIRO: RECORD, 2001.

SAQUET, MARCOS A. **ABORDAGENS E CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO**. SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR, 2007A.

\_\_\_\_\_. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, M. A. **Estudos Territoriais na ciência geográfica**. SP: Outras expressões, 2013, p. 47-74.



\_\_\_\_\_. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, E. S. (org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP/GAsPERR, 2005, p.35-51.

\_\_\_\_\_. Proposições para estudos territoriais. **Geographia**, Niterói, UFF, ano 8, v. 15, 2006.

\_\_\_\_\_. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, UFSC, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007b.

\_\_\_\_\_.; CICHOSKI, Pâmela. Considerações sobre a concepção de Geografia, espaço e território na obra de Bertha Becker. **Anais do 21º. Encontro Nacional de Reforma Agrária**, Uberlândia, UFU, 15 a 19 de outubro, 2012.

\_\_\_\_\_. GAIOVICZ, Eliane F., et. al. Agricultura familiar agroecológico como alternativa de inclusão social e desenvolvimento territorial em Itapejara D’oeste, Salto do Lontra e Verê-Sudoeste do Paraná. In: SAQUET, Marcos A., DANSERO, Egidio; CANDIOTTO, Luciano Z. P. (org.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SILVEIRA, Maria L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, AGB, v. 15, n. 1, p. 4-12, jan./dez. 2011.

SOUZA, Marcelo L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. O TERRITÓRIO: SOBRE ESPAÇO E PODER, AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO. IN: CASTRO, I. E., ET AL., **GEOGRAFIA: CONCEITOS E TEMAS**. RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL, 1995, P. 77-116.

\_\_\_\_\_. O BAIRRO CONTEMPORÂNEO: ENSAIO DE ABORDAGEM POLÍTICA. **REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA**, AGB, V. 51, N. 2, P. 139-172, 1989.

\_\_\_\_\_. RODRIGUES, Glauco B. 2. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo, Unesp, Coleção Paradidáticos, 2004.

SODRÉ, R. de B.; CASTRO, C. E. de. O território produzido, terra e territorialidades. In: **Anais do I Seminário Internacional de Estudos Territoriais (SIET) e IX Seminário Estadual de Estudos Territoriais (SEET)**. Foz do Iguaçu/PR: UNIOESTE, v. IX, 2017, ISBN: 1984-929X.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1993.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. SP: Edunesp, 2004.



\_\_\_\_\_.; DUNDES, A. C. A metamorfose do território em região: o devir e o atraso como referências do discurso. In: PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente (org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, v. 1, p. 117-145

TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias juvenis: territórios e rede de sociabilidade**. Jundiaí/SP: Paco, 2012.

\_\_\_\_\_. **Enterrado vivo: identidade punk e território em Londrina**. SP: Edunesp, 2004.

VERDI, Adriana R.; PIRES, Elson L.; MULLER, Geraldo. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e metodológicos. **Geografia**, Unesp, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006.

WEBER, J.; RÉVERET, J. P. **Relaciones sociedad naturaleza, modos de apropiación y derechos de propiedad**. Revista de Geografía Agrícola, n.º 36, pp.119-124, 2006.